

**REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL
(DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL)**

01. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é indispensável que sejam instrumentalizados sob a forma de escritura pública os seguintes atos e negócios jurídicos:

- (A) I – pacto antenupcial;
II – compromisso de compra e venda;
III – constituição do direito de superfície.
- (B) I – contrato de constituição de renda;
II – contrato de locação;
III – pacto antenupcial.
- (C) I – constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de qualquer valor;
II – concessão de emancipação pelos pais;
III – convenção de condomínio edilício.
- (D) I – concessão de emancipação pelos pais;
II – pacto antenupcial;
III – renúncia de herança, caso não seja feita por termo judicial.

02. Sobre o testamento público, é correto afirmar que

- (A) não precisa ser assinado pelo testador, bastando as assinaturas do tabelião e das testemunhas.
- (B) pode ser lavrado fora do Município para o qual o tabelião de notas recebeu a delegação.
- (C) após a sua lavratura, deve ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e às testemunhas a um só tempo; ou pelo próprio testador, se o quiser, na presença das testemunhas e do tabelião.
- (D) é irrevogável.

03. Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei permite que a escritura pública de compra e venda pode ser lavrada pelo tabelião de notas dispensando-se a descrição e caracterização do imóvel, desde que urbano, bastando consignar o número do registro ou matrícula no registro de imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões pertinentes.
- (B) Poderá ser lavrada escritura pública de emancipação de menor entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos de idade, desde que compareça ao ato notarial o representante do Ministério Público.
- (C) Por ser o Brasil um estado laico e multirreligioso, a lei veda que nas escrituras públicas haja referência ao nascimento de Jesus Cristo ao se inserir a data da lavratura.
- (D) Desde que presente ao ato representante do Ministério Público, a escritura pública, lavrada em notas do tabelião, é documento dotado de fé pública.

04. Sobre a escritura pública de doação de imóvel, é correto afirmar que, segundo o Código Civil,

- (A) caso a doação seja de ascendente para descendente, somente poderá ser lavrada pelo tabelião de notas se os doadores estipularem que o ato de liberalidade importará em adiantamento da parte da legítima.
- (B) é possível a convenção da cláusula de reversão segundo a qual os bens doados voltem ao patrimônio do doador, se este sobreviver ao donatário.
- (C) não é possível ser lavrada por tabelião de notas se o donatário for nascituro.
- (D) poderá ser lavrada por tabelião de notas apenas se o donatário tiver algum vínculo de parentesco com o doador.

05. De acordo com o Provimento nº 18/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa na qual constam apenas módulos operacionais da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC).

- (A) I – Central de Remessa de Arquivos (CRA);
II – Central Nacional de Serviços Compartilhados do Protesto (CENPROT);
III – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP).
- (B) I – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);
II – Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR);
III – Central de Escrituras e Procuраções (CEP).
- (C) I – Central Nacional de Sinal Público (CNSIP);
II – Central de Remessa de Arquivos (CRA);
III – Registro Central de Testamentos *On Line* (RCTO).
- (D) I – Registro Central de Testamentos *On Line* (RCTO);
II – Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI);
III – Central de Escrituras e Procuраções (CEP).

06. Assinale a alternativa na qual constam apenas competências dos tabeliões de notas.

- (A) I – Lavrar escrituras e procuраções públicas.
II – Reconhecer firmas.
III – Lavrar atas notariais.
- (B) I – Reconhecer firmas.
II – Autenticar cópias.
III – Registrar as interdições.
- (C) I – Lavrar atas notariais.
II – Registrar as emancipações.
III – Averbar as opções de nacionalidade.
- (D) I – Inscrever os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
II – Lavrar atas notariais.
III – Formalizar juridicamente a vontade das partes.

07. Em conformidade com o disposto na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Permite-se a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.
 - (B) Das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais não poderão ser expedidas certidões, a não ser a pedido das partes envolvidas no ato, ou por determinação judicial.
 - (C) Na escritura pública de separação e divórcio consensuais, os separandos ou divorciandos poderão ser representados por mandatários constituídos desde que por instrumento público com poderes especiais, descrição das cláusulas essenciais e prazo de validade de 30 (trinta) dias.
 - (D) Poderá o tabelião de notas indicar advogado para assistência jurídica às partes por ocasião da lavratura das escrituras públicas de separações e divórcios consensuais, inventários e partilhas.
08. Sobre o reconhecimento de firma, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao reconhecer firma, o tabelião de notas também reconhece a legalidade e veracidade do conteúdo do próprio documento, convalidando-o nos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos.
 - (B) É o ato notarial por meio do qual o tabelião certifica a autoria de determinada assinatura. Essa certificação pode ser feita ou por semelhança (verificação da coincidência gráfica entre a assinatura constante na ficha-padrão ou cartão de assinaturas existente no tabelionato com a existente no documento apresentado) ou por autenticidade, também conhecido por verdadeiro ou presencial (o interessado assina o documento na presença do tabelião de notas ou na do preposto).
 - (C) O reconhecimento de firma por autenticidade somente poderá ser feito pelo tabelião em virtude de determinação judicial.
 - (D) O ato notarial de reconhecimento de firma poderá ser feito pelo tabelião de notas com data anterior à da efetiva prática do ato desde que requerido pelo interessado, sendo vedada a inserção de data futura.
09. Assinale a alternativa correta sobre a autenticação de cópias.
- (A) Devido ao princípio da cartularidade inerente aos títulos de crédito, a lei veda expressamente que o tabelião de notas autentique cópias reprográficas de cheques e notas promissórias.
 - (B) De acordo com o Código Civil, a cópia fotográfica de documento autenticada pelo tabelião de notas valerá como prova de declaração de vontade, não se admitindo a impugnação da sua autenticidade, tendo em vista a fé pública notarial.
 - (C) De acordo com a Tabela de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, o valor cobrado pela autenticação de documentos reprográficos deverá ser único para qualquer documento, independentemente do número de folhas.
 - (D) A autenticação notarial de uma cópia significa a atestação de que ela é reprodução fiel e idêntica de determinado documento original.
10. Caio faleceu sem deixar testamento e sem deixar cônjuge ou companheira(o). Deixou bens superiores a 1.000 (mil) salários mínimos. Fábio, pai de Caio, está vivo. Caio deixou os seguintes descendentes: o filho Túlio e os netos Octávio e Petrônio, todos maiores e capazes. Os netos são filhos de Tício, falecido antes de Caio. Os herdeiros não desejam ceder seus direitos hereditários para ninguém, nem total nem parcialmente. Ninguém deseja renunciar à herança.
- Na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Caio, o tabelião de notas fará constar que o acervo hereditário será partilhado da seguinte forma:
- (A) para o filho Túlio, que receberá a metade ideal; e para os netos Octávio e Petrônio, que receberão uma quarta parte ideal, cada um.
 - (B) para o pai Fábio, para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma quarta parte ideal para cada um.
 - (C) para o filho Túlio e para os netos Octávio e Petrônio, em partes iguais, ou seja, uma terça parte ideal para cada um.
 - (D) para o pai Fábio e para o filho Túlio, na proporção de metade ideal para cada um.
11. De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em relação ao usufruto sobre bem imóvel, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente se extingue pela renúncia do usufrutuário lavrada por escritura pública perante tabelião de notas.
 - (B) É um direito real de garantia.
 - (C) Ocorrendo a morte do usufrutuário, os direitos reais de usufruto serão partilhados entre os herdeiros do "de cujus".
 - (D) Constituído por escritura pública em favor de duas ou mais pessoas, poderá ser estipulado que, com a morte de uma delas, a parte ideal cabente ao usufrutuário falecido será acrescida à parte do(s) usufrutuário(s) sobrevivente(s).

12. Sobre o contrato de permuta, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), é correto afirmar que
- (A) o tabelião não poderá lavrar escritura de permuta de bem imóvel por bem móvel.
 - (B) é anulável a permuta de imóveis de valores desiguais entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
 - (C) no contrato de permuta de imóveis de valores iguais, o alienante não responde pela evicção, em nenhuma hipótese.
 - (D) cada um dos contratantes deverá pagar por metade as despesas com o instrumento da permuta, não se admitindo disposição em contrário.
13. Considerando a lavratura do assento de nascimento, analise as seguintes afirmativas e assinale a correta.
- (A) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 45 (quarenta e cinco) dias para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
 - (B) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.
 - (C) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (D) No caso de participação pessoal da mãe no ato do registro de nascimento, o prazo será de 90 (noventa) dias.
14. Sobre a naturalidade do registrando a ser consignada no assento de nascimento, assinale a alternativa correta.
- (A) A opção para escolha da naturalidade caberá ao declarante no ato de registro do nascimento, podendo escolher qualquer município, desde que localizado na mesma Unidade Federativa.
 - (B) Se não houver indicação de naturalidade, o oficial de registro deverá lançar o município de sua localização.
 - (C) A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
 - (D) A naturalidade poderá ser do Município da residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional.
15. No caso de ter a criança nascido morta, ou no de ter morrido na ocasião do parto, quanto ao procedimento do oficial de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento.
 - (B) Se a criança chegou a respirar, morrendo por ocasião do parto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, consignando-se a data e a hora do nascimento, dispensando-se o assento de nascimento, a critério do declarante.
 - (C) Em caso de natimorto, facultado o direito de atribuição de nome, serão feitos, necessariamente no mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais, os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e remissões recíprocas.
 - (D) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no livro "C-Auxiliar", com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando-se o assento de nascimento.
16. Segundo o Provimento nº 63/2017, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito.
- (A) Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do provimento, poderá ser averbado o número de CPF, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência.
 - (B) A averbação do número do CPF será feita apenas nos assentos de nascimento.
 - (C) A averbação do número do CPF será considerada, para fins de cobrança de emolumentos, como averbação sem valor declarado.
 - (D) A averbação do número do CPF nos assentos de nascimento, casamento e óbito deverá ser feita em cumprimento de determinação judicial.
17. De acordo com os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa acima de 12 (doze) anos.
- (A) Deverá ser feito necessariamente por instrumento público.
 - (B) Será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento de nascimento.
 - (C) O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador independentemente de parecer favorável do Ministério Público.
 - (D) Pela via administrativa, é permitida a inclusão de até 3 (três) ascendentes socioafetivos.

18. De acordo com o Provimento nº 82/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a averbação no registro de nascimento e no de casamento das alterações de patronímico dos genitores em decorrência de casamento, separação e divórcio.
- (A) Em nenhuma hipótese, será exigido o consentimento do filho para a averbação, bastando o requerimento dos genitores.
 - (B) A averbação do acréscimo do patronímico do genitor ao nome do filho menor de idade somente poderá ser feita se este tiver sido registrado apenas com o nome da mãe.
 - (C) O procedimento administrativo para alteração dependerá de expressa autorização judicial.
 - (D) O procedimento administrativo para alteração será processado pelo oficial do registro civil das pessoas naturais, mediante apresentação da certidão respectiva, e não depende de autorização judicial.
19. O Livro B-Auxiliar do Registro Civil das Pessoas Naturais destina-se ao
- (A) registro de casamento urgente no caso de moléstia grave.
 - (B) registro de casamento de pessoas do mesmo sexo.
 - (C) registro de casamento em iminente risco de vida.
 - (D) registro de casamento religioso para efeitos civis.
20. Assinale a alternativa correta sobre o processo de habilitação para o casamento.
- (A) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um notário.
 - (B) O oficial de registro deverá silenciar-se quanto à escolha do regime de bens pelos nubentes, pois não é de seu dever intrometer-se nessa questão.
 - (C) É dever do oficial do registro esclarecer os nubentes sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento.
 - (D) Para serem esclarecidos sobre os diversos regimes de bens que podem ser adotados no casamento, o oficial de registro deverá orientar os nubentes para que consultem um advogado.
21. Assinale a alternativa correta quanto ao nome civil da pessoa natural.
- (A) No processamento do casamento, qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
 - (B) O interessado, no primeiro ano após ter atingido 21 (vinte e um) anos, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
 - (C) Quando o declarante de nascimento não indicar o nome completo do registrando, o oficial suspenderá a lavratura do assento e assinalará prazo razoável para que ele retorne com o nome completo.
 - (D) O oficial deverá evitar os registros suscetíveis de expor a ridículo seus portadores, e, se houver insistência do interessado, submeter o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.
22. Sobre o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ou da união estável, considere as seguintes afirmações:
- I. Os genitores comparecem perante o oficial de registro, pessoalmente, ou por intermédio de procurador com poderes específicos, para efetuar o assento, do qual constará o nome dos genitores e dos respectivos avós.
 - II. Apenas a mãe comparece perante o oficial de registro com declaração de reconhecimento ou anuência do pai à efetivação do registro.
 - III. O reconhecimento do filho é irrevogável e poderá ser feito no registro de nascimento, não devendo constar o estado civil dos pais.
- Está(ão) correta(s):
- (A) Somente I e II.
 - (B) Somente I.
 - (C) Somente I e III.
 - (D) I, II e III.

23. Assinale a alternativa correta sobre as regras a serem observadas pelo oficial do registro civil em declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal (registro tardio).
- (A) As declarações de nascimento serão apresentadas ao oficial do registro civil do lugar de residência do interessado. Não tendo o interessado moradia ou residência fixa, será considerado competente o do local onde se encontrar.
 - (B) Se o registrando for menor de 12 (doze) anos de idade, o requerimento deverá ser dirigido ao Oficial do Registro Civil, e serão 4 (quatro) as testemunhas.
 - (C) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado 12 (doze) anos de idade, o pedido deverá ser formulado ao Juiz Competente, por meio de advogado ou de Defensor Público, indicando 4 (quatro) testemunhas.
 - (D) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado, em requerimento formulado pelo próprio interessado. Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.
24. No caso de erro na transposição dos elementos constantes de ordens e mandados judiciais, o oficial do registro civil das pessoas naturais retificará o registro, a averbação ou a anotação
- (A) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja autorização judicial, após parecer do Ministério Público.
 - (B) caso não tenha decorrido mais de 1 (um) ano da lavratura do assento.
 - (C) de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público.
 - (D) a requerimento escrito do interessado, seu representante legal ou procurador, desde que haja manifestação favorável do Ministério Público.
25. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa na qual constam apenas os serviços mínimos que deverão ser prestados pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pelos tabeliães de protesto.
- (A) I – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.
II – Protocolização das ações de execução em nome dos credores.
III – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.
 - (B) I – Recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais.
II – Consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados.
III – Confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico.
 - (C) I – Efetivação das intimações de protestos por e-mails em substituição às intimações expedidas pelos tabelionatos.
II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.
III – Prestação de assessoria jurídica aos apresentantes.
 - (D) I – Escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica e os requisitos de autorização prévia impostos pelo órgão supervisor e os demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada.
II – Anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.
III – Concessão de empréstimos para que o devedor possa pagar o título.
26. De acordo com a Lei nº 10.931/2004, que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a cédula de crédito bancário, assinale a alternativa correta.
- (A) A cédula de crédito bancário poderá ser protestada por indicação, desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável.
 - (B) A cédula de crédito bancário não é transferível mediante endosso.
 - (C) A cédula de crédito bancário não é passível de ser protestada.
 - (D) O protesto da cédula de crédito bancário é indispensável para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.

27. De acordo com o Provimento nº 30/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmativas sobre a recepção e o protesto de cheques:

- I. É vedado o protesto de cheques devolvidos pelo banco sacado por motivo de furto, roubo ou extravio de folhas ou talonários, desde que não tenham circulado por meio de endosso, nem estejam garantidos por aval.
- II. Quando o cheque for apresentado para protesto mais de 1 (um) ano após sua emissão, será obrigatória a comprovação, pelo apresentante, do endereço do emitente.
- III. O cheque somente poderá ser protestado no lugar do pagamento, não se admitindo o protesto no local do domicílio do emitente.

Está(ão) correta(s) somente

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

28. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta acerca das certidões de protesto.

- (A) O prazo para o tabelião de protesto expedir a certidão de protesto é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis.
- (B) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá expedir certidão de protesto que já tenha sido cancelado.
- (C) De protesto não cancelado poderá ser expedida certidão apenas a pedido do apresentante ou por ordem judicial.
- (D) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas que abrangerão o período mínimo dos 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.

29. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, assinale a alternativa correta.

- (A) O protesto por falta de aceite somente poderá ser tirado após o vencimento da obrigação.
- (B) São devidos emolumentos pela averbação de retificação de erros materiais pelo serviço, a qual poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do tabelião.
- (C) Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- (D) No tabelionato de protesto, haverá 3 (três) livros para o registro do protesto, sendo 1 (um) para os protestos tirados por falta de pagamento, 1 (um) para os protestos tirados por falta de aceite e 1 (um) para os protestos tirados por falta de devolução.

30. Assinale a afirmação correta sobre a competência registral em decorrência da aplicação do princípio da territorialidade.

- (A) Quando um imóvel estiver localizado em comarcas ou circunscrições limítrofes, o registro será feito naquela onde o imóvel tiver maior área.
- (B) As escrituras de pactos antenupciais serão registradas no cartório do lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos.
- (C) Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.
- (D) Os atos relativos a vias férreas constituem exceção, pois serão registrados no cartório de registro de imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.

31. Sobre prenotação, é correto afirmar que

- (A) apresentados dois traslados da escritura notarial de permuta, com o mesmo objeto, na mesma circunscrição, a critério do oficial registrador, poderão ser feitas prenotações sucessivas.
- (B) a prenotação poderá ser prorrogada a requerimento do interessado por mais 30 (trinta) dias.
- (C) havendo cindibilidade de título que instrumentalize vários negócios pactuados, de imóveis localizados na mesma circunscrição imobiliária, mediante requerimento formalizado pelo portador, no ato de sua apresentação, deverá ser feito 1 (um) lançamento no Livro de Protocolo para cada 1 (um) dos imóveis indicados no requerimento.
- (D) no caso de prenotações sucessivas de títulos contraditórios e excludentes, relativos à transmissão, criar-se-á uma fila de precedência. Cessados os efeitos da prenotação, o título poderá retornar à fila, mas após os outros que nela já se encontravam no momento da cessação.

32. O Oficial de Registro de Imóveis, ao constatar a existência de matrículas para imóveis distintos, com uso do mesmo número de ordem, deverá

- (A) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça, com identificação expressa de cada uma dessas matrículas e do imóvel a que se refere, para a adoção das providências cabíveis.
- (B) bloquear todas as matrículas e comunicar o fato ao Juiz Corregedor da Comarca, para a adoção das providências cabíveis.
- (C) complementar os números que foram repetidos, mediante aposição de letra do alfabeto, em sequência a cada número repetido (ex.: matrícula 1, matrícula 1-A, matrícula 1-B, matrícula 1-C etc.).
- (D) manter a matrícula mais antiga com o mesmo número, encerrar as posteriores e abrir novas matrículas para os respectivos imóveis, observada a numeração sequencial atual, trasladando para estas os atos das matrículas encerradas.

33. Quanto ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), é correto afirmar que
- (A) caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a função de agente regulador do ONR e zelar pelo cumprimento de seu estatuto.
 - (B) se destina a implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).
 - (C) as unidades do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal integram o SREI e ficam vinculadas ao ONR, exceto aquelas em que os respectivos titulares se opuserem a esse vínculo.
 - (D) o ONR será organizado como empresa pública.
34. Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda de imóvel oriundo de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979), formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento autônomo, o oficial, examinando a documentação e constatando que não houve a expressa anuência do loteador, deverá
- (A) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, cabendo ao oficial de registro dar-lhe ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.
 - (B) promover o registro da cessão feita sem anuência do loteador, não havendo necessidade de dar-lhe ciência por escrito, visto que a cessão do compromisso de venda e compra celebrado com o loteador independe da anuência deste.
 - (C) expedir Nota de Devolução consignando exigência para que o interessado apresente anuência do loteador no mesmo documento, ou em documento apartado.
 - (D) expedir notificação ao loteador para que se manifeste sobre a cessão no prazo de 10 (dez) dias, interpretado o silêncio como concordância. Decorrido esse prazo e não havendo oposição, devidamente certificado o fato pelo oficial, praticará os atos que lhe competir para o registro da cessão.
35. A competência para registrar organizações religiosas é
- (A) do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da instituição.
 - (B) da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL).
 - (C) do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede da instituição.
 - (D) da Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seads).
36. São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- Em relação ao enunciado, pode-se afirmar que
- (A) em decorrência de garantias constitucionais, as organizações religiosas não estão sujeitas à inscrição do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para terem existência legal.
 - (B) o exercício das liberdades de autodeterminação das organizações religiosas deve obedecer à legalidade. Assim, é de rigor a qualificação registral de suas cláusulas estatutárias pelo oficial de registro competente.
 - (C) os estatutos sociais das organizações religiosas não se submetem à qualificação registral por representar ingerência indevida do Estado em afronta à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos e suas liturgias.
 - (D) embora possam ser criadas livremente, seus estatutos sociais devem ser previamente aprovados pela organização religiosa hierarquicamente superior.
37. Assinale a alternativa correta quanto à suscitação de dúvida relacionada com o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.
- (A) Não se permite suscitação de dúvida *ex officio* no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (B) O oficial do registro deverá indeferir de plano o registro e devolver os documentos ao interessado.
 - (C) A suscitação de dúvida somente é facultada ao oficial do registro de imóveis.
 - (D) O oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá.

38. Assinale a alternativa correta para a constituição do condomínio de lotes.
- (A) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de imóveis.
 - (B) A convenção e o instrumento de instituição e especificação do condomínio de lotes serão registrados no registro de títulos e documentos.
 - (C) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de civil de pessoa jurídica e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
 - (D) A convenção do condomínio de lotes será registrada no registro de títulos e documentos e o instrumento de instituição e especificação no registro de imóveis.
39. De acordo com o Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa.
- (A) Deverá ser visado anualmente pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente.
 - (B) Os lançamentos relativos a receltas compreenderão todos os valores recebidos na serventia, inclusive os tributos recebidos a título de substituição tributária.
 - (C) Nele não poderá ser lançado como despesa o valor recolhido a título de imposto sobre serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.
 - (D) A receita será lançada no livro no dia do recebimento dos emolumentos, ainda que a prática do ato tenha ocorrido em outro dia.
40. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa na qual consta, dentre outros, os titulares de serviços notariais e de registro.
- (A) Oficial de registro civil das pessoas naturais e de interdição e tutelas; oficial da Junta Comercial; tabelião de notas.
 - (B) Tabelião de protesto; leiloeiro público; oficial de registro de imóveis.
 - (C) Tabelião de notas; tabelião e oficiais de registro de contratos marítimos; oficiais de registro de imóveis.
 - (D) Tabelião de notas; oficial de registro de títulos e documentos; tradutor público juramentado.
41. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros, dos seguintes requisitos:
- (A) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
II – especialização em Direito com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula;
III – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.
 - (B) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
II – nacionalidade brasileira;
III – capacidade civil.
 - (C) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
II – capacidade civil;
III – comprovação de serviços prestados à Justiça Eleitoral em 3 (três) eleições.
 - (D) I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
II – doutorado ou mestrado reconhecidos ou revalidados em Direito;
III – nacionalidade brasileira.
42. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, entre outras, às seguintes penas:
- (A) advertência e demissão.
 - (B) suspensão por 180 (cento e oitenta) dias e repreensão.
 - (C) perda da delegação e multa.
 - (D) expulsão e repreensão.
43. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, sobre os concursos de provas e títulos para outorga de delegações, é correto afirmar que
- (A) para concurso de provimento, serão admitidos escreventes ou prepostos não bacharéis em Direito que trabalhem na atividade notarial e de registro por mais de 5 (cinco) anos.
 - (B) para o concurso de remoção serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de 1 (um) ano.
 - (C) serão realizados pelo Poder Judiciário e deverão contar com a participação, em todas as fases, do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, de um notário e de um registrador.
 - (D) será aberto com a publicação do edital, dele constando os critérios de desempate.

44. Sobre o Provimento nº 74/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que

- (A) é permitida a adoção de livros e atos eletrônicos somente para as serventias com arrecadação de até R\$ 60 mil por semestre.
- (B) os serviços notariais e de registro deverão adotar políticas de segurança da informação com relação a confidencialidade, disponibilidade, autenticidade e integridade e a mecanismos preventivos de controle físico e lógico, sendo que, dentre essas políticas, os notários e registradores deverão ter um plano de continuidade de negócios que preveja ocorrências nocivas ao regular funcionamento dos serviços.
- (C) para as serventias com arrecadação de até R\$ 100 mil, por semestre, não haverá necessidade de adoção de padrões mínimos de proteção da base de dados.
- (D) os livros e atos eletrônicos do acervo dos serviços notariais e de registro deverão ser arquivados mediante cópia de segurança (*backup*), realizada em intervalos não superiores a 30 (trinta) dias, feita em mídia eletrônica, não havendo necessidade de ser arquivada na internet (*backup* em nuvem).

45. De acordo com a Lei nº 8.935/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito do notário e do registrador de exercer opção nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia está subordinado ao deferimento pela Corregedoria Nacional da Justiça.
- (B) O assento do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, são gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres.
- (C) Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.
- (D) Nas certidões expedidas gratuitamente, deverá constar que foram expedidas sem cobrança de emolumentos por ser o interessado pessoa pobre e sem condições de arcar com as despesas.

DIREITO CIVIL

46. Com relação à capacidade civil, é correto afirmar:

- (A) todo ser humano tem capacidade de direito ou de gozo.
- (B) os menores de dezesseis anos não têm capacidade de direito ou de gozo.
- (C) todo ser humano tem capacidade de fato ou de exercício.
- (D) o ser humano adquire a capacidade civil a partir do registro civil do nascimento.

47. Em uma escritura pública de compra e venda, houve a utilização de documentos falsos do vendedor por um fraudador. Nesse caso, o negócio jurídico em relação ao vendedor é

- (A) inexistente.
- (B) anulável.
- (C) nulo.
- (D) ineficaz.

48. "A" contratou "B" para cantar em sua festa de casamento. "B" não compareceu à comemoração do casamento na data estipulada. A hipótese é de:

- (A) inadimplemento antecipado.
- (B) mora.
- (C) inadimplemento relativo.
- (D) inadimplemento absoluto.

49. O engenheiro "A" planejou e executou a construção de um imóvel de propriedade de seu amigo "B" sem a cobrança de honorários profissionais. "B" efetuou a doação de um terreno em favor de "A" unicamente a título de recompensa pelos serviços de engenharia. Dois meses após a doação, "A" caluniou e injuriou gravemente "B". Nessa situação, a doação

- (A) não poderá ser revogada por ingratidão apenas se o donatário for ascendente do doador.
- (B) não poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (C) poderá ser revogada por ingratidão do donatário.
- (D) não poderá ser revogada somente caso tenha havido a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.

50. "A" exerce a atividade de caseiro em uma chácara rural mediante remuneração mensal e ordens do proprietário. Nesse caso,
- (A) "A" é titular da posse do imóvel.
 - (B) "A" exerce situação jurídica de detenção do imóvel.
 - (C) "A" é titular da posse indireta do imóvel.
 - (D) "A" é titular da posse direta do imóvel.
51. "A" efetuou a venda com o recebimento do preço e a entrega do veículo "X" a "B", o qual não efetuou o registro da compra e venda no Departamento de Trânsito. Nesse caso,
- (A) a transmissão da propriedade somente ocorrerá a partir do registro da venda na repartição de trânsito.
 - (B) a transmissão da propriedade do veículo dependerá do registro do contrato de compra e venda no registro de títulos e documentos.
 - (C) houve a transmissão da propriedade do veículo para "B".
 - (D) a transmissão da propriedade somente ocorrerá com o registro da venda na repartição de trânsito com efeito retroativo à data da entrega.
52. Com relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar:
- (A) em nenhuma hipótese, haverá direito de preferência na alienação da fração de tempo na multipropriedade.
 - (B) a multipropriedade não pode ser instituída por testamento.
 - (C) o multiproprietário não poderá ceder sua fração de tempo em comodato.
 - (D) o período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias.
53. Havendo a suspensão da celebração do casamento em decorrência de um dos contraentes manifestar-se arrependido, o qual, uma hora depois, retratou sua declaração e requereu a continuação da celebração, é correto afirmar:
- (A) não será possível a continuidade da celebração no mesmo dia, devendo a autoridade celebrante designar nova data.
 - (B) a autoridade celebrante deverá certificar-se da livre vontade do contraente e prosseguir com a cerimônia.
 - (C) somente será possível a celebração do casamento na mesma data, no caso de duas testemunhas atestarem a vontade inequívoca do contraente quanto à intenção de se casar.
 - (D) haverá o encerramento do ato, sem a celebração do casamento, competindo a realização de nova habilitação de casamento, ainda que a habilitação tenha eficácia.
54. Ocorrendo o reconhecimento de filho em testamento de modo incidental, a posterior revogação do testamento
- (A) não afasta o reconhecimento do filho diante do caráter irrevogável do ato.
 - (B) revoga o reconhecimento do filho.
 - (C) revoga o reconhecimento do filho ante a perda da eficácia do testamento.
 - (D) somente não revogará o reconhecimento de filiação se houver essa ressalva quando da revogação do testamento.
55. Quanto ao direito de representação na sucessão, compete afirmar:
- (A) a representação ocorre apenas na linha reta descendente ou ascendente.
 - (B) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.
 - (C) o instituto da representação somente se aplica à sucessão legítima.
 - (D) havendo renúncia à herança, os descendentes do renunciante podem substituí-lo por representação na sucessão a qual renunciou.
56. "A" efetuou um testamento público em 01.10.2012, quando não tinha filhos, dispondo da totalidade de seus bens; em 23.04.2017, houve o nascimento de "B", filho de "A". Nesse caso,
- (A) haverá a nulidade do testamento.
 - (B) o testamento permanece eficaz.
 - (C) o rompimento do testamento depende de manifestação de vontade expressa do testador.
 - (D) há o rompimento do testamento independentemente da vontade do testador.
57. Representa a hipótese de nulidade dos negócios jurídicos previsto em nosso ordenamento jurídico:
- (A) coação.
 - (B) fraude contra credores.
 - (C) erro.
 - (D) simulação.
58. No tocante ao dano moral, assinale a assertiva correta.
- (A) A absolvição criminal por insuficiência de prova enseja indenização por danos morais.
 - (B) O dano estético insere-se na categoria de dano moral e é passível de indenização em separado.
 - (C) A reparação por danos morais exige prova de que a imagem pública da autoridade identificada como coatora fora atingida.
 - (D) A capacidade econômica do ofendido não pode ser utilizada como parâmetro para arbitramento do dano moral.

59. Determinada organização religiosa estabelece, em seu estatuto, a exclusão de modo automático de associado que se declarar agnóstico, sem necessidade de qualquer notificação ou procedimento. Diante disso,
- (A) a previsão é inválida por não ser admissível, em nenhuma hipótese, a exclusão de associado de organização religiosa.
 - (B) a previsão estatutária é nula por não prever um procedimento que assegure direito de defesa e recurso.
 - (C) a previsão estatutária é válida ante à ciência do associado ao ingressar no quadro associativo.
 - (D) a previsão estatutária terá validade desde que estivesse grafada em letras maiores e em destaque no estatuto.

60. "A" celebrou contrato de compra e venda do cavalo "X", devidamente individualizado, com "B", recebendo o preço e avançada a entrega do animal para o dia 22.07.2019. No dia anterior à entrega, houve uma inundação, inevitável e imprevisível, a qual redundou na morte do cavalo "X". Nessa situação,
- (A) o vendedor suportará o prejuízo do valor do animal.
 - (B) como o gênero não perece, o vendedor deverá entregar outro animal.
 - (C) o prejuízo decorrente da morte do animal será suportado pelo comprador.
 - (D) o comprador e o vendedor dividirão o prejuízo decorrente da morte do animal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Assinale a alternativa correta.
- (A) Segundo o Código de Processo Civil, uma das hipóteses em que se considera autêntico o documento juntado aos autos do processo judicial é aquela em que o tabelião reconheceu a firma do signatário por autenticidade, mas não por semelhança.
 - (B) Não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóveis sem registro.
 - (C) A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.
 - (D) É vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.

62. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil.

- (A) Não integram as responsabilidades expressamente dispostas no Código de Processo Civil buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo interdito.
- (B) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação da cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.
- (C) Uma vez inscrita a sentença de interdição no registro de pessoas naturais, é nomeado o curador provisório.
- (D) O tutor ou curador poderá eximir-se do encargo apresentando escusa no registro civil no prazo de cinco dias contados do dia que sobrevier o respectivo motivo, no caso de isso se dar depois de entrar em exercício.

63. O saneamento do processo pelo magistrado constitui

- (A) decisão interlocutória que, se admitir ou inadmitir a intervenção de terceiros, desafia recurso de agravo de instrumento.
- (B) requisito obrigatório da audiência de conciliação, que demanda a fixação de pontos controvertidos.
- (C) prolação de despacho ordinatório não sujeito a recurso.
- (D) julgamento antecipado da lide.

64. De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (nº 12.016/2009), nessa espécie de ação

- (A) não são devidas custas judiciais, mas são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (B) as custas judiciais deverão ser cobradas até o limite de 50% da alíquota devida nas demais ações judiciais.
- (C) não são devidos honorários sucumbenciais pelo vencido.
- (D) não são devidas custas judiciais nem honorários sucumbenciais pelo vencido.

DIREITO PENAL

65. A inserção de declaração falsa em documento público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade de fato juridicamente relevante configura
- (A) crime de sonegação de documento.
 - (B) crime de favorecimento pessoal.
 - (C) crime de falsidade material.
 - (D) crime de falsidade ideológica.
66. No tocante ao concurso de pessoas, é correto afirmar que
- (A) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas para este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
 - (B) se entende por partícipe aquele que pratica a conduta descrita no verbo núcleo do tipo penal.
 - (C) se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, responderá por este, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.
 - (D) a participação de menor importância conduz à exclusão da culpabilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. Em relação à prova documental no processo penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, sempre devem ser traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.
 - (B) Somente a pedido das partes o juiz poderá providenciar a juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.
 - (C) Quando contestada a sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.
 - (D) As cartas particulares, ainda que interceptadas ou obtidas por meios criminosos, podem ser utilizadas em Juízo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. De acordo com a legislação tributária do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).
- (A) Não incide sobre a doação de imóvel feita com encargo ou ônus.
 - (B) Não incide sobre a doação de imóvel feita em adiantamento da legítima.
 - (C) As alíquotas do imposto são de 4% (quatro por cento) nas transmissões *causa mortis* e de 2% (dois por cento) nas transmissões por doação.
 - (D) O tabelião de notas não é responsável pela regularidade do recolhimento do imposto.
69. Em face do conceito previsto no art. 3º do Código Tributário Nacional, **não** se caracteriza como tributo:
- (A) a contribuição de melhoria cobrada em razão da valorização imobiliária decorrente da execução de obra pública.
 - (B) a multa pelo pagamento fora do prazo do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
 - (C) o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
 - (D) os emolumentos pagos pela prestação de serviços notariais e de registro.
70. O vínculo que une os sujeitos ativo e passivo em face de uma obrigação pecuniária quantificada por base de cálculo e alíquota é
- (A) o fato gerador do tributo.
 - (B) a incidência tributária vinculada.
 - (C) a capacidade tributária ativa.
 - (D) a relação jurídica tributária.

71. Em conformidade com a Constituição Federal, com relação ao Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, assinale a alternativa correta.
- (A) No caso de o *de cujus* ter seu inventário processado no exterior, a competência para a sua instituição deve ser regulada por lei complementar.
- (B) Compete aos Municípios.
- (C) Terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- (D) Incide sobre bens de qualquer natureza, inclusive móveis; neste último caso, desde que haja contrato por escrito.
72. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, é correto afirmar que
- (A) segundo o Supremo Tribunal Federal, incide sobre o valor do imóvel ao tempo da transmissão da propriedade.
- (B) incide também sobre a transmissão não onerosa.
- (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquota progressiva em razão do valor venal do imóvel.
- (D) não incide sobre a transmissão de imóveis fora da área urbana do Município.
73. Sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) se efetuado após o ajuizamento de execução fiscal, é causa de sua extinção.
- (B) salvo a disposição expressa de lei, exclui a incidência de multa.
- (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, não viola a isonomia e o livre acesso à justiça a lei que, concedendo parcelamento, não permite a inclusão de débitos cujo depósito integral foi efetuado em juízo.
- (D) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a confissão irretroatável do débito feita pelo contribuinte para adesão a parcelamento alcança os fundamentos jurídicos de eventual inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo.
74. Segundo o Código Civil, no tocante às sociedades cooperativas, é correto afirmar:
- (A) os seus sócios respondem pelas dívidas da sociedade até o limite de cinquenta por cento das retiradas individuais do ano anterior.
- (B) o capital social é variável, podendo inclusive ser dispensado.
- (C) cada sócio tem direito a tantos votos quantas quotas tiver na sociedade até o prazo de um ano da assembleia.
- (D) na omissão do estatuto social, aplicam-se as disposições da lei de sociedades por ações.
75. Considere as seguintes afirmações sobre as debêntures e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- (A) São títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.
- (B) Conferem direitos especiais ao portador, como eleição em separado para cargo de administradores ou direito de veto para determinadas matérias.
- (C) Podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.
- (D) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures na incorporação ou fusão.
76. Josefina Souza, engenheira da computação, atua como desenvolvedora de software, sem o concurso de auxiliares ou colaboradores, e presta serviços para grandes empresas de tecnologia. Por exigência das contratantes, realizou seu registro como empresária na Junta Comercial do Estado, ocasião em que declarou que sua profissão intelectual constitui elemento de empresa, bem como providenciou sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- Assinale a alternativa correta sobre a situação de Josefina Souza.
- (A) Deve ser considerada empresária, porque possui inscrição no CNPJ e, portanto, é pessoa jurídica.
- (B) Não pode ser considerada empresária porque presta serviço sem o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- (C) Não pode ser considerada empresária, porque exerce profissão intelectual.
- (D) Deve ser considerada empresária, por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

77. Em relação ao trespasse de estabelecimento, é correto afirmar:

- (A) a sociedade empresária poderá ter mais de um estabelecimento, no entanto, para fins de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos; todos os estabelecimentos devem ser considerados de forma conjunta.
- (B) a alienação de estabelecimento produzirá efeitos quanto a terceiros desde a assinatura do contrato.
- (C) a eficácia da alienação do estabelecimento não depende do pagamento ou anuência de todos os credores, mesmo que o alienante se torne insolvente em razão do trespasse.
- (D) o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, salvo autorização expressa no contrato.

78. De acordo com a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar ser causa para a decretação da falência:

- (A) a falta de pagamento, ainda que com relevante razão de direito, no vencimento, de obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (B) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por quantia líquida que ultrapasse o equivalente a quarenta salários-mínimos na data do pedido de falência.
- (C) a falta de pagamento, de depósito ou de nomeação de bens à penhora do executado por qualquer quantia líquida.
- (D) a prática de atos de falência, mesmo que façam parte de plano de recuperação judicial.

79. As sociedades empresárias podem ser

- (A) simples ou limitadas.
- (B) de capital e indústria.
- (C) anônimas ou cooperativas.
- (D) personificadas ou não personificadas.

80. Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- (A) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração das novas Constituições dos Estados-membros.
- (B) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado e não autônomo.
- (C) O objetivo fundamental do Poder Constituinte Derivado é o de criar o novo Estado.
- (D) O Poder Constituinte Originário é limitado e condicionado.

81. Nos termos da Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Oficial das Forças Armadas.
- (B) Juiz de Direito.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Senador da República.

82. Para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal,

- (A) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 2 anos.
- (B) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.
- (C) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 120 dias.
- (D) a ação poderá ser proposta no prazo decadencial de 5 anos.

83. Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- (A) mandado de injunção.
- (B) *habeas corpus* coletivo.
- (C) *habeas data*.
- (D) mandado de segurança individual.

84. Assinale a alternativa que reflete o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.

- (A) A Constituição assegura aos titulares dos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais de uma Comarca o direito de assumir, na mesma comarca e no caso de vacância, a titularidade dos Offícios de Notas, Protestos, Registro de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.
- (B) Por ser a atividade de registro civil análoga à empresarial, não é possível à lei isentar os reconhecidamente pobres do pagamento de certidão de óbito sem esbarrar em inconstitucionalidade.
- (C) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, por mera manifestação de vontade, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial quanto pela via administrativa.
- (D) Deve ser gratuita toda expedição de certidão de registro civil de nascimento.

85. Em relação ao direito constitucional de propriedade, é correto afirmar que

- (A) a pequena propriedade rural, assim definida pelo Município, não será objeto de penhora para pagamento de débitos.
- (B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar a propriedade particular, assegurada a indenização prévia.
- (C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social depende da promessa de indenização ulterior.
- (D) é garantido o seu exercício, devendo a propriedade atender a sua função social.

86. Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) é plena a liberdade de associação para todos os fins.
- (B) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.
- (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que as entidades profissionais estabelecerem em regulamento.
- (D) é assegurado a todos o acesso à informação, desde que indicada a fonte pelo jornalista.

87. São brasileiros natos

- (A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que esses estejam a serviço de seu país.
- (B) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (D) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

88. Segundo a Constituição Federal, incluem-se entre os bens dos Estados

- (A) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
- (B) todas as terras devolutas.
- (C) os potenciais de energia hidráulica.
- (D) os terrenos de marinha e seus acréscimos.

89. Assinale a alternativa correta.

- (A) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- (B) A lei não regulará as atividades, mas disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.
- (C) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
- (D) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Competente.

90. Considerada a Organização Administrativa do Estado e a distribuição de atribuições entre a Administração Direta e a Administração Indireta, é correto afirmar que
- (A) a Administração Indireta tem como principal atributo a organização hierárquica e a desconcentração dos órgãos que a integram.
 - (B) a Administração Direta é regida por hierarquia e desconcentração, enquanto a Administração Indireta orienta-se por controle e descentralização.
 - (C) a distribuição de competências entre os órgãos da Administração Direta é definida pela descentralização.
 - (D) enquanto a hierarquia e o controle se apresentam como características da Administração Direta, a descentralização e a desconcentração informam a Administração Indireta.
91. Assinale, dentre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que integram a Administração Indireta listadas, a que se apresenta com maior grau de regime jurídico administrativo e mais distante do regime privado.
- (A) Empresa Pública.
 - (B) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
 - (C) Autarquia.
 - (D) Sociedade de Economia Mista.
92. Considerados os elementos do ato administrativo, a motivação, ou seja, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato, integra o conceito de
- (A) motivo.
 - (B) finalidade.
 - (C) objeto.
 - (D) forma.
93. Para os atos que apresentarem defeitos sanáveis, por decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 indica como solução a
- (A) redestinação.
 - (B) revogação.
 - (C) convalidação.
 - (D) anulação.
94. A desapropriação por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, assegurada prévia e justa indenização em dinheiro, prevista no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal,
- (A) trata do confisco de imóvel utilizado para o cultivo de plantas psicotrópicas.
 - (B) pode ter por objeto imóvel que cumpre a função social da propriedade.
 - (C) caracteriza sanção pelo descumprimento à função social da propriedade rural.
 - (D) constitui sanção pelo descumprimento da função social da propriedade urbana.
95. Segundo o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça,
- (A) os atos de natureza normativa que poderão ser expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça são somente os provimentos e as resoluções.
 - (B) a sindicância é o procedimento investigativo sumário, levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, destinado a apurar irregularidades atribuídas somente a magistrados.
 - (C) a função de Corregedor Nacional de Justiça será exercida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) compete à Corregedoria Nacional de Justiça, além de outras atribuições, delegar, nos limites legais, aos demais Conselheiros, aos Magistrados Auxiliares ou a servidores expressamente indicados, atribuições sobre questões específicas de competência da Corregedoria.
96. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A presunção de veracidade significa que todo ato editado pela Administração Pública é presumivelmente verdadeiro, seja na forma, seja no conteúdo.
 - (B) A presunção de veracidade, por ser absoluta, não pode ser elidida por outras provas.
 - (C) A anulação de ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário.
 - (D) Mesmo que o ato administrativo seja anulado, por vício de ilegalidade, subsistem os direitos gerados no período que antecede sua invalidação.

97. A Lei de Improbidade Administrativa elenca atos praticados por qualquer agente público e as respectivas sanções, sendo correto afirmar:

- (A) àquele que concorra para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie, mesmo não sendo agente público, são aplicadas as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) em nenhuma hipótese, poderá o sucessor ser alcançado por sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, por ser tratarem de penalidades personalíssimas.
- (C) a conduta culposa do agente público, que ocasione prejuízo ao erário, não dá ensejo à responsabilização por improbidade administrativa.
- (D) pessoa Jurídica de Direito Público, mesmo que interessada, não tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.

98. No que tange aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando dotado de autoexecutoriedade, não pode o ato administrativo ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.
- (B) A imperatividade nem sempre é atributo do ato administrativo.
- (C) Em atos praticados por particulares, no exercício da função administrativa, verifica-se o atributo da imperatividade.
- (D) A presunção de legitimidade não está presente em todos os atos administrativos.

99. Segundo o regramento do processo administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos são legitimadas como interessadas no processo administrativo.
- (B) A Administração Pública pode se recusar a receber documentos, quando reputá-los ilegais, sem obrigação de motivar a decisão de recusa.
- (C) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, em prol da celeridade processual.
- (D) O Processo Administrativo não pode ser iniciado de ofício, em virtude do princípio da inércia.

100. A Amazônia Legal brasileira compõe-se dos seguintes estados:

- (A) Amazonas, Roraima, Amapá e Arquipélago de Fernando de Noronha.
- (B) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte de Iquitos.
- (C) Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e de parte do Estado de Minas Gerais.
- (D) Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e de parte do estado do Maranhão.

